



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

CLARA BEATRIZ DE ARAÚJO ALBUQUERQUE

**ENTRE INTERESSES E OLIGARQUIAS: O JOGO POLÍTICO EPITACISTA NAS
ELEIÇÕES FEDERAIS DE 1915 NA PARAÍBA**

João Pessoa – PB

2025

CLARA BEATRIZ DE ARAÚJO ALBUQUERQUE

**ENTRE INTERESSES E OLIGARQUIAS: O JOGO POLÍTICO EPITACISTA NAS
ELEIÇÕES FEDERAIS DE 1915 NA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de História, da Universidade
Federal da Paraíba, para a obtenção do título
de Licenciada em História.

Orientadora: Profa. Dra. Monique Guimarães
Cittadino

João Pessoa – PB
2025

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

A345e Albuquerque, Clara Beatriz de Araújo.

Entre interesses e oligarquias: o jogo político
epitacista nas eleições federais de 1915 na Paraíba /
Clara Beatriz de Araújo Albuquerque. - João Pessoa,
2025.

21 f.

Orientadora: Monique Guimarães Cittadino.
TCC (Graduação) - Universidade Federal da
Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
2025.

1. Paraíba na Primeira República. 2. Disputas
oligárquicas. 3. Eleições de 1915. I. Cittadino,
Monique Guimarães. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 94(813.3)

CLARA BEATRIZ DE ARAÚJO ALBUQUERQUE

**ENTRE INTERESSES E OLIGARQUIAS: O JOGO POLÍTICO EPITACISTA NAS
ELEIÇÕES FEDERAIS DE 1915 NA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 02 de outubro de 2025.

Banca Avaliadora:

Profa. Dra. Monique Guimarães Cittadino
(Orientadora)

Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto
(Avaliador)

Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva
(Avaliador)

João Pessoa – PB
2025

RESUMO

Ao longo da Primeira República a Paraíba esteve sob o jugo das oligarquias, sendo as principais delas a alvarista e a epitacista. Até o final de 1911 Álvaro Machado comandou irrestritamente a política do estado, tendo suas forças ameaçadas pelo movimento salvacionista. Motivo que o fez recorrer a Epitácio Pessoa, que aproveitou para inserir-se nas bases de poder adversárias, dividindo a chefia partidária com Walfrido Leal, herdeiro político de Álvaro após sua morte. Com as eleições federais de 1915, o acordo estabelecido em 1911 foi rompido em prol da dissidência entre ambos os chefes políticos, visando a consolidação individual de seus grupos, o resultado foi um pleito formado por duas juntas apuradoras, inúmeras acusações de irregularidades e estratégias que possibilitaram a vitória dos candidatos de Epitácio Pessoa. Desse modo, o principal objetivo é compreender como procedeu-se o jogo político epitacista ao longo do período de transição (1912-1915) e como ele foi utilizado nas eleições para o Congresso em 1915. Por isso, torna-se imprescindível analisar múltiplos fatores: a trajetória do acordo de 1911; como funcionava o processo eleitoral republicano nas primeiras décadas do regime; e, finalmente, como se procedeu o pleito que possibilitou a Epitácio um maior controle da política paraibana. Para alcançar os resultados desejados, serão utilizados como fonte primária os jornais “A Província” (PE), “Diário de Pernambuco” (PE); “O Paiz”, do Rio de Janeiro; e “A União”, jornal oficial do governo paraibano. Em acréscimo, fora do âmbito da imprensa, pode-se citar, também como fonte, o livro do próprio Epitácio Pessoa: “Na Política da Paraíba (2^a Fase 1912 - 1935)”. Já como respaldo para a compreensão do período, pode-se apontar um embasamento fornecido por nomes de referência para o entendimento acerca da Primeira República na Paraíba como Trigueiro (1982); Rodrigues (1989); Lewin (1993); Cittadino (2010, 2022); Gurjão (2020); e de modo mais amplo, Queiroz (1976); Leal (1997); Carvalho (2005); Ricci; Zulini (2013; 2019); e Nicolau (2012), formando um amplo respaldo teórico que possibilita uma melhor análise do período, inserindo a pesquisa no campo da nova história política.

Palavras-chave: Paraíba na Primeira República; Disputas oligárquicas; Eleições de 1915

INTRODUÇÃO

O ano de 1915 ficou para a história da Paraíba como o ano de consolidação do epitacismo, que aconteceu através de três acontecimentos principais: as eleições para Câmara e Senado; a renúncia de Castro Pinto, possibilitando que Antônio Pessoa assumisse o governo do estado; e as eleições para a Assembleia Legislativa. Esse trabalho, no entanto, abordará exclusivamente as eleições para o Congresso Federal que ocorreram a 30 de janeiro, visto a importância para a historiografia paraibana de compreender como se procedeu o jogo político de Epitácio Pessoa, que culminou na guinada administrativa após vinte anos de um domínio oligárquico bem consolidado por Álvaro Machado.

Desse modo, torna-se necessário compreender como procedeu a história da Paraíba nos anos iniciais da república e a trajetória da oligarquia alvarista, analisando suas bases administrativas, já que estas foram utilizadas por Epitácio posteriormente, ao se inserir no seio da máquina política adversária, fazendo uso para benefício de seu próprio grupo. Ainda como consequência de trabalhar com eleições, é crucial distinguir as características em torno do processo eleitoral na Primeira República, tendo em vista pontos cruciais como as fases do pleito, o eleitorado, a influência do município, assim como os processos fraudulentos que perpassaram as votações republicanas no início do regime.

Após compreender o cenário político da Paraíba até as eleições: as interligações de Epitácio Pessoa com o alvarismo, os acordos firmados e a estrutura político-partidária presente no estado; e após analisar o processo eleitoral e seus trâmites, a pesquisa se voltará diretamente para a análise da eleição federal de 1915, apontando os acontecimentos e explorando o jogo político epitacista. Cabe pontuar que essas estratégias asseguraram a vitória do grupo de Epitácio e iniciou a consolidação da oligarquia, que se completaria no final daquele ano.

O processo de pesquisa girou em torno da análise de alguns jornais publicados em Pernambuco (“A Província”; “Diário de Pernambuco”), no Rio de Janeiro (“O Paiz”) e na Paraíba (“A União”), além do livro do próprio Epitácio Pessoa “Na Política da Paraíba (2^a Fase 1912 - 1935)”. Todos os documentos foram lidos, fichados, catalogados e analisados, auxiliando em uma melhor sistematização dos resultados. Juntamente a metodologia qualitativa a pesquisa pôde se beneficiar de uma análise mais acurada das fontes primárias em sintonia com a literatura debatida ao longo do estudo, o que forneceu um novo olhar para compreender um tema pouco debatido.

OS EMBATES POLÍTICOS NA PARAÍBA: ENTRE ACORDOS E DISPUTAS

A oligarquia alvarista chegou ao poder através de Floriano Peixoto, interessado em manter no âmbito estadual aliados que respaldassem sua atuação política, substituindo Venâncio Neiva e seu grupo¹, colocados por seu antecessor. O alvarismo fortaleceu-se, sobretudo, através das bases partidárias² e das práticas coronelistas, proporcionando a centralização do poder e um maior controle por parte do executivo, o que auxiliou para a consolidação e longevidade da oligarquia (CITTADINO, 2010).

Durante os vinte anos que estiveram à frente do governo (1892 - 1912), os alvaristas sofreram significativa oposição dos venancistas, que ainda em 1892 fundaram em contestação ao PRP o Partido Autonomista. Segundo Inês Rodrigues (1989, p.40) o partido adquiriu em âmbito nacional uma luta antiflorianista e estadualmente antialvarista, tendo as pautas guiadas por Epitácio Pessoa, ex Secretário Geral da administração de Venâncio, enquanto o mesmo projetava-se nacionalmente.

Nas eleições para o Congresso (Câmara e Senado) em 1899 os alvaristas sofreram a chamada degola, prática comum na Primeira República atrelada às fraudes no processo eleitoral, como aponta Victor Nunes Leal (1997). Em suma, os candidatos situacionistas não foram reconhecidos, divergindo da política dos governadores³, por incompatibilizarem com o presidente da república, na época Campos Sales. Foram “degolados” e por isso impedidos de assumir. No processo de apuração foram apresentados dois resultados divergentes (um através dos alvarista e outro pelos venancista), ao final a oposição foi eleita, fazendo com que neste pleito os alvaristas não egessem nem um membro (RODRIGUES, 1989; CITTADINO, 2010).

Ainda de acordo com Rodrigues (1989), o sucesso dos venancistas nas eleições de 1899 não se deu exclusivamente através da votação, mas sim através do favorecimento do Presidente Campos Sales ao grupo de seu Ministro do Interior e Justiça, Epitácio Pessoa,

¹ Venâncio Neiva foi indicado pelo presidente Marechal Deodoro da Fonseca para assumir a direção da Paraíba, em substituição a uma junta governativa articulada assim que a República foi instaurada no país. Inicialmente sua principal preocupação foi reestruturar o sistema para adequar-se aos moldes republicanos, realizando diversas mudanças enquanto formava uma base aliada que posteriormente se articularia contra Álvaro Machado e seu grupo (RODRIGUES, 1989).

² Assim que assumiu o governo em 1892, Álvaro Machado criou o Partido Republicano da Paraíba (PRP) para fornecer suporte à atuação política do seu grupo, visto que o estado manteve-se na inércia e permanecia sem uma articulação partidária republicana até então.

³ A política dos governadores foi idealizada e posta em prática pelo presidente Campos Sales em seu mandato (1898-1902), de acordo com Oswaldo Trigueiro (1982, p.31) era uma prática que possibilitava a vitória dos grupos situacionistas, perpetrando oligarquias durante anos, a fim de estabelecer apoio político. Ainda de acordo com Trigueiro a situação política nos estados só mudaria diante de dois fatores, intervenção ou traição, porque uma mudança através das urnas era impossível diante da alta manipulação dos resultados.

colocado no cargo por ele no ano anterior. O sucedido é que, a partir desse momento, o alvarismo não só sofreu um golpe que balançaria suas bases de poder como passou a incorporar gradualmente membros do Partido Autonomista, inserindo a oposição (que contava com maioria no Congresso Nacional) no seio da oligarquia, principalmente após a dissolução do supracitado partido⁴.

Alguns anos após, com a chegada de Hermes da Fonseca à presidência, foi iniciado um movimento que visava derrubar oligarquias adversárias, com o pretexto de aprimoramento do sistema. As chamadas “Salvações” contou com apoio das forças armadas, que participava das eleições e destituía os respectivos governadores (PEREIRA, 2011). Na Paraíba a ação ganhou apoio de ex-alvaristas revoltados com a oligarquia, que juntamente ao exército, lançaram a candidatura do Coronel Rego Barros. Essa concorrência, proposta para as eleições de 1912 pelos salvacionistas, colocava em risco a continuidade do alvarismo, visto a possibilidade do grupo não conseguir eleger um dos seus.

Na época Álvaro pretendeu eleger, em sucessão a seu irmão João Machado, Walfredo Leal, que inclusive já havia sido presidente do estado anteriormente⁵. Quanto à Rego Barros, ganhava cada vez mais apoiadores e por fazer parte das salvações dizia contar com o apoio do presidente Hermes. Diante da incerteza e da possibilidade da oligarquia cair frente ao movimento conspiracionista, Walfredo Leal buscou o apoio de Epitácio Pessoa, que contava com influência no plano nacional, para assegurar desse modo a continuidade de seu grupo. Foi através de um acordo firmado em dezembro de 1911 que as relações de poder no estado se alteraram. A vitória dos salvacionistas não era vista com bons olhos por nem um dos dois, que teria à frente do estado um grupo desvinculado dos próprios interesses e por isso se aliaram para evitar que as bases oligárquicas ao qual a Paraíba se sustentava ruísse.

Cabe ressaltar que Epitácio Pessoa, após a queda do venancismo, lançou-se politicamente na esfera federal, ocupando diversos cargos e ganhando prestígio. Na ocasião, após ocupar postos elevados dentro da administração pública, desempenhava a função de Ministro do Supremo Tribunal Federal, tendo inclusive uma grande proximidade com Hermes da Fonseca. Através de sua influência, Epitácio conseguiu o apoio presidencial para desarticular o movimento salvacionista no estado, evitando que o governo caísse nas mãos da oposição e assegurando, consequentemente, a continuidade das práticas oligárquicas. Em

⁴ Após o grupo venancista perder as eleições estaduais em 1900 e as bases de poder continuarem nas mãos alvaristas, Venâncio Neiva findou a atividade do Partido Autonomista. Para mais informações a respeito desse pleito e da dissolução do partido, consultar CITTADINO, 2010, p.170 -171.

⁵ Para ter acesso a lista completa de presidentes estaduais da Paraíba ao longo da Primeira República ver GURJÃO, 2020, p.99.

contrapartida firmou um acordo com Walfredo, possibilitando que ele próprio se inserisse na chefia da política situacionista e utilizasse da máquina administrativa adversária para consolidar seu próprio grupo⁶.

O acordo foi realizado no Palácio do Catete em dezembro de 1911⁷, sendo interposto pelo próprio presidente Hermes. O conchavo foi acertado nos seguintes termos como aponta o jornal “Correio da Manhã” do dia 14 do mesmo mês:

Tomou-se ali a deliberação de reeleger senador o sr. Castro Pinto, que mais tarde renunciará ao mandato e irá ocupar o cargo de presidente do Estado da Paraíba. Na vaga do sr. Castro Pinto entrará no Senado Federal o sr. Epitácio. O primeiro vice-presidente será o sr. Antônio Pessoa, irmão do mesmo sr. Epitácio, que terá o direito de indicar um deputado.⁸

Em suma, após intervir para que as salvações não tivessem sucesso no estado, Epitácio, incentivado por Hermes, retornava à cena política através do Senado, aposentando-se do Supremo Tribunal Federal. Quanto à sucessão de João Machado, optou-se pela escolha de um candidato de coalizão que remediaría a política estadual diante de duas chefias distintas. Devido a proximidade com ambos os grupos, Castro Pinto foi escolhido para assumir a presidência do estado, sendo eleito em 22 de junho de 1912 com 15.338 votos⁹, sendo o primeiro vice o irmão de Epitácio.

Ainda em 1912, após Castro Pinto deixar vaga a cadeira de senador, o ministro saiu do Supremo Tribunal e foi eleito logo em seguida para substituí-lo conforme o combinado. No entanto, com a morte de Álvaro em 30 de janeiro, a direção do partido ficou vaga e a disputa pelo controle do PRCP¹⁰ proporcionou um novo acordo em dezembro que, como aponta Inês Rodrigues (1989), definiu que Epitácio Pessoa cuidasse dos interesses do grupo no âmbito nacional e Walfredo no plano regional, ficando praticamente como co-diretor. De todo modo, Epitácio assumiria oficialmente a direção do partido apenas em fevereiro do ano seguinte,

⁶ Após Venâncio Neiva se afastar gradativamente da política, Epitácio Pessoa que desde o início atuava à frente da mobilização dos venancistas contra Álvaro Machado, passou a personificar o grupo.

⁷ Alguns autores divergem quanto à data do acontecimento, Linda Lewin (1993, p.264), por exemplo, atribui a reunião ao dia 9, já Flávio Brito (2022, p.130) aponta o dia 11. Embora o desencontro de informações quanto a data, pode-se assegurar que o acordo ocorreu na primeira quinzena do mês de dezembro de 1911.

⁸ Notícia completa em Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1911, p.1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_02&pasta=ano%20191&p=esq=&pagfis=7450. Acesso em: 19 set. 2025.

⁹ Para essa e outras informações a respeito dos pleitos que elegeram Castro Pinto (senador e posteriormente presidente do estado) consultar RODRIGUES, 1989, p. 152-153.

¹⁰ Pinheiro Machado fez algumas alterações na nomenclatura dos partidos republicanos do país, ficando o antigo PRC (Partido Republicano da Paraíba) renomeado como PRCP (Partido Republicano Conservador Paraibano), porém diz respeito ao mesmo partido.

proporcionando a ele um papel crucial na política paraibana, alcançando a chefia partidária e o controle do grupo alvarista, que começava a se despessoificar.

Até as eleições federais de 1915 houveram mudanças implementadas por Epitácio no partido, de modo geral, estava construindo a sua própria oligarquia utilizando o eixo político ao qual até então se opunha. Linda Lewin (1993, p.271) aponta que durante o período de transição (1912-1915) uma das estratégias do novo chefe foi assegurar o controle do grupo através das articulações eleitorais, elegendo seus aliados principalmente para cargos federais, além de reduzir a representação da oposição, por isso sua base oligárquica passava a ser firmada através do Rio de Janeiro, na época capital federal do país. Lewin (1993) ainda comprehende esse processo de reestruturação partidária partindo basicamente de três reformas principais:

Inicialmente, terminou com a prática seguida por seus predecessores de permitir que membros do partido se lançassem como candidatos avulsos contra a chapa de candidatos oficiais do PRCP. Reduziu-se assim ao mínimo a fissão potencial no interior de sua coalizão. Qualquer chefe local que desejasse concorrer a uma eleição contra um candidato oficial teria de enfrentar a expulsão do PRCP (LEWIN, 1993, p.277).

Isso proporcionou um maior controle das eleições, assim como auxiliou em seu segundo ponto: incorporar parte da oposição alvarista. Por último, desenvolveu o fortalecimento de sua autoridade pautada no personalismo, que perdurou ao longo dos anos seguintes. Desse modo, compreender como se procedeu esse jogo político é crucial para entender como, posteriormente, Epitácio Pessoa viria a consolidar sua oligarquia através do processo eleitoral.

CARACTERÍSTICAS DAS ELEIÇÕES NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O PROCESSO ELEITORAL E OS PONTOS DE INFLUÊNCIA

Além de analisar a conjuntura que proporcionou mudança na política paraibana, é necessário compreender como funcionava o processo eleitoral durante a Primeira República. As eleições são um mecanismo utilizado pelo Brasil desde a época da monarquia, e embora tenha havido algumas alterações com a transição de regime, o processo continuou a favorecer determinados grupos. Por isso, é importante analisar os trâmites do pleito para, mais facilmente, identificar os meios utilizados por Epitácio Pessoa para favorecer sua oligarquia.

Como alega René Rémond (2003, p.49), a eleição para senador é a que mais possibilita discórdias, divergências, rompimentos e mudanças de rumo. Nesse caso, podemos estender essa concepção para a eleição de candidatos do Congresso Nacional como um todo, não apenas do Senado, visto as características que levavam a consolidação do poder nesses primeiros anos republicanos. Quem tinha mais candidatos no parlamento mantinha-se à frente do governo, era através desse controle que as oligarquias eram mantidas, consequentemente as eleições assumiram um papel crucial na política da época.

No entanto, essas eleições não foram desenvolvidas de modo a evitar erros, muito pelo contrário. Segundo Przeworski (2018), citado por Martins (2021, p.3), as eleições ao longo da história sofreram manipulações, visto que a mudança das regras para beneficiar os situacionistas mostrou-se como uma constante. No caso do Brasil, a historiografia com frequência retoma a concepção de fraudes ao longo da Primeira República, sendo um ponto importante a se considerar ao trabalhar com processos eleitorais.

Nessa mesma perspectiva, Victor Nunes Leal (1997, p. 255-256) evidencia as duas principais manifestações fraudulentas ao longo do período: a supracitada degola, ocorrida através da Câmara ou do Senado no momento de reconhecimento dos eleitos e o bico de pena, que consistia na fraude de atas pelas mesas apuradoras com o intuito de favorecer um candidato ou outro. Embora as falcatruas sejam extensamente debatidas, cabe ressaltar que a degola não era usada com frequência, e quando utilizada valia-se de duas justificativas: a duplicidade de juntas, que dava origem a dois resultados distintos (como o que aconteceu na eleição de 1899 na Paraíba, levando a degola do grupo de Álvaro Machado), e as contestações, quando um candidato (que havia perdido) apresentava provas suficientes de fraude em favorecimentos de seus adversários, havia a degola em prol do contestador (RICCI; ZULINI, 2013, p.100).

De modo geral, as eleições aconteciam através de algumas etapas, como bem apontadas por Ricci e Zulini (2019). Inicialmente era preciso organizar o eleitorado e torná-lo apto a votar, geralmente um processo atrelado às lideranças municipais, além do providenciamento de locais de votações e, o mais importante, a definição das mesas¹¹.

Fato é que tamanho preciosismo na constituição das mesas eleitorais não se mostrava nada gratuito. Dominá-las significava conduzir o desenrolar do pleito, eventualmente crítico até mesmo para os candidatos governistas, considerando que o controle sobre o alistamento não era completo (RICCI; ZULINI, 2019, p.449).

¹¹ Era através dessas mesas que podia vir a acontecer a fraude do pico de pena.

Após as votações seguia-se a apuração dos resultados através das mesas anteriormente eleitas, os votos eram contados e anotados na ata da sessão, que depois passava por novo levantamento juntamente aos mais votados. Somente após essas verificações o resultado era definitivamente transscrito na ata geral da apuração, que seria encaminhada às instâncias superiores e que apontava, além dos ganhadores, qualquer protesto feito durante o trabalho de apuração. Finalizado esses trâmites entrava-se no último momento, essa ata era enviada para os respectivos órgãos (Senado e Câmara) para que estes reconhecessem seus eleitos¹² (RICCI, ZULINI, 2013, p. 94).

Quanto ao eleitorado, percebe-se que a população brasileira tinha baixa adesão às votações, Nicolau (2012, p.41) aponta que o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio expôs a quantidade de eleitores de 1905 até 1912, através do relatório intitulado “Estatística eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil”. De modo geral, inicialmente apenas 4% dos brasileiros eram cadastrados, o que equivalia a 791 mil pessoas, já em 1912 esse número até sobe, mas não passa dos 5%, ou seja, 1,3 milhões de eleitores. O autor ainda aponta que a baixa adesão deu-se, provavelmente, porque cerca de dois terços da população, que tinha idade para votar, não estava apta devido ao analfabetismo, pontuando que ler e escrever era um dos pré-requisitos e de 1900 até 1920 o número de pessoas alfabetizadas correspondia a apenas 35% do país. Outro fator que contribuiu para baixa adesão foi a burocracia imposta pela Lei Rosa e Silva¹³ (1904) que desestimulou muitos votantes. Tendo isso em vista, pode-se aferir que as campanhas eleitorais, não apenas serviam como propaganda, mas também como incentivo para que as pessoas votassem, considerando a baixa adesão e a não obrigatoriedade do voto.

Por fim, o último fator a se considerar é que o processo eleitoral estava muito mais arraigado nos municípios que nas esferas superiores, evidenciando a interligação ao sistema coronelista¹⁴ e reforçando a subjugação da população às forças políticas do chefe local (MARTINY, 2018, p.98). Todo o controle do eleitorado, a votação e a apuração do pleito era feita no município, o que evidencia a importância deste para as eleições, visto que o apoio desses coronéis era o que proporcionava, em sua grande maioria, o sucesso de determinados grupos nas urnas. De certa forma o poder estava atrelado às elites agrárias, que findava por ter grande influência na região levando em consideração as bases econômicas do Brasil

¹² Era nesse momento que poderia proceder as degolas, como citado anteriormente.

¹³ A lei Rosa e Silva de 1904, também estabeleceu a obrigatoriedade da minoria. Para mais informações a respeito da lei, ver LEAL, 1997, p. 254; NICOLAU, 2012, p. 33-51.

¹⁴ Para mais informações a respeito da conceituação de oligarquia e coronelismo consultar QUEIROZ, 1976; LEWIN, 1993; LEAL, 1997, CARVALHO, 2005; GURJÃO, 2020.

costumeiramente atreladas à terra. José Murilo de Carvalho (2005, p. 132) aponta que a prática coronelista se desenvolveu como uma forte relação entre os proprietários e o governo, evidenciando o vínculo de dependência do sistema eleitoral atrelado aos chefes locais. Em suma, compreender como se desenrolou esses processos e as relações de poder em torno do pleito auxilia para que seja traçado um paralelo com às eleições de 1915.

ENTRE DISSIDÊNCIAS E ROMPIMENTOS: AS ELEIÇÕES FEDERAIS DE 1915

O acordo firmado em dezembro de 1911 mostrou-se instável desde o início, pois parte dos alvaristas não concordaram em inserir Epitácio Pessoa e seu grupo na política dominante da Paraíba e constantemente expunham certa desconfiança, instigando João Machado a se opor ao novo aliado (RODRIGUES, 1989). É através do atrito entre ambos que iniciam-se os caminhos que levariam ao rompimento político entre Epitácio e Walfredo nas eleições federais.

No início de 1912, Álvaro Machado faleceu, deixando vaga a sua cadeira no Senado, que viria a ser ocupada por Pedro da Cunha Pedrosa, antigo venancista incorporado pelo alvarismo e ocupante de diversos cargos na política através da oligarquia. No entanto, como aponta Oswaldo Trigueiro (1982, p.46), com o acordo firmado em 1911, Pedrosa posicionou-se junto a Epitácio, fazendo com que Walfredo o forçasse a renunciar ao cargo de vice-presidente do estado ao qual ocupava. O que os alvaristas não esperavam é que, com a morte de Álvaro, Pedrosa seria colocado para substituí-lo no Senado. Na ocasião, João Machado encontrava-se ainda como presidente do estado, sendo impossibilitado de substituir o irmão, mas assim que Castro Pinto assumiu, sentiu-se no direito de reivindicar o posto a Epitácio.

O pedido não foi aceito nos termos apresentados. Epitácio Pessoa, como princípio, garantiu ao interlocutor o acesso deste ao Senado. Condicionava-o, porém, a um plano pré-estabelecido: João Machado seria senador quando Cunha Penhosa deixasse o Congresso para ocupar o lugar de juiz seccional na Paraíba, na vaga de Venâncio Neiva, prestes a se aposentar (RODRIGUES, 1989, p.166).

A situação viria a se agravar no início de 1913 quando Epitácio estava a embarcar para a Europa. A literatura¹⁵ mostra que, em seu discurso, reafirmou que Pedro da Cunha Pedrosa

¹⁵ TRIGUEIRO, 1982; GURJÃO, 2020; LEWIN, 1993.

não deveria renunciar em favorecimento a João Machado e este não só ameaçou rompimento como iniciou um tumulto, proferindo agravadas acusações e xingamentos, o que obviamente motivou os argumentos do chefe partidário para rejeitar qualquer candidatura futura do irmão de Álvaro. Linda Lewin (1993) evidencia que as dissidências que foram ocorrendo entre 1912 e 1915 foram estratégias de Epitácio Pessoa para afastar seus rivais, sendo o primeiro deles o João Machado e posteriormente o próprio Walfredo, ou seja, esse acontecimento fazia parte de uma estratégia de Epitácio para manter o controle político da Paraíba.

Já o desentendimento com Walfredo Leal se deu em decorrência das eleições federais que aconteceram em 30 de janeiro de 1915. Ao longo dos anos que prevaleceram o acordo, em diversos momentos, alvaristas mais arraigados tentaram indispor-lo com Epitácio, assim como fizeram com João Machado, incentivando, inclusive, a não cumprir o combinado. Isso se dava porque ao assumir a direção do PRCP, Epitácio Pessoa começou a alcançar cada vez mais prestígio dentro da política regional e um maior controle do poder, o que desagradava algumas partes. Desse modo, ao final de 1914, a pauta da vez tornava-se as eleições para a Câmara e o Senado, a imprensa com frequência especulava o que seria feito já que o partido, até dezembro, não havia lançado a chapa oficial e apontava o clima tenso que crescia entre os chefes políticos paraibanos.

O ponto é que ambos não conseguiram chegar a um acordo quanto aos nomes que estariam presentes na referida chapa, cada um visava favorecer seus próprios aliados. Ao longo do mês mantiveram diversos encontros com alguns políticos nacionais, inclusive o Presidente da República, Venceslau Brás, a fim de fecharem um acordo, o que parecia impossível (LEWIN, 1993, p. 273). Epitácio Pessoa queria manter a sua cadeira no Senado e a de seu amigo, Cunha Pedrosa, e quanto a Walfredo também não queria perder seu posto e ainda pretendia tornar senador João Machado, que já era indisposto com Epitácio. O impasse estava montado!

Ainda no início de dezembro o jornal “A Província” publicou no dia quatro (p.1) uma notícia informando que Epitácio e Walfredo haviam se desentendido no Senado a respeito da eleição federal e que Epitácio Pessoa não concordava em colocar na chapa o irmão de Álvaro, outro jornal ainda complementa a informação dizendo que a briga foi separada por Antonio Azevedo e que se não fosse por ele “*ter-se-ia registrado uma cena de pugilato entre os dois políticos*” (Diário de Pernambuco, 03 dez.1914, p. 3). Alguns dias depois o mesmo periódico lança uma nota de Epitácio, argumentando que a briga era uma invenção da imprensa (12 dez. 1914, p.3), e do Antonio Azevedo, dizendo que não passava de um mal entendido e que presenciou sim os dois juntos no Senado, mas conversando diplomaticamente (13 dez.1914,

p.1). Se o desentendimento ocorreu realmente, ou qual a intensidade, não se sabe ao certo, o que é um fato é que realmente Epitácio não aceitaria João Machado como candidato, apoiando-se na justificativa do acontecimento quando do seu embarque a Europa no início do ano anterior. Além disso, cabe pontuar que após essas notícias serem publicadas os ânimos da política paraibana tomaram novos rumos frente ao crescente desentendimento.

Assumindo o papel de conciliador no conflito, Castro Pinto lançou uma proposta com o intuito de manter o acordo feito em 1911. A ideia é que a chapa fosse composta por dois candidatos de cada lado e que Pedro da Cunha Pedrosa seria o indicado ao Senado, contando com apoio, inclusive, do próprio presidente do estado que ameaçava renunciar caso Walfredo não aceitasse a candidatura de Pedrosa¹⁶. Inês Rodrigues (1898, p.180) ainda complementa, informando que o acordo era um rearranjo que visava não deixar ninguém de fora, prometendo a Secretaria Geral do Estado ao candidato que abrisse lugar para que João Machado entrasse como deputado¹⁷. Epitácio Pessoa aceitou a proposta, mas Walfredo Leal não, e embora tenham cogitado outros acordos posteriormente o resultado foi o inevitável rompimento entre ambos.

Às vésperas da virada de ano, Walfredo Leal lançou chapa própria, indo contra a chapa oficial do partido e do presidente do estado¹⁸. Para senador escolheu, obviamente, João Lopes Machado, e para deputados federais os nomes de Francisco Seráfico da Nóbrega, Felizardo Toscano Leite Ferreira, Antônio Semeão dos Santos Leal e José Rodrigues de Carvalho (RODRIGUES, 1989, p. 183). Quanto a Epitácio Pessoa, antes mesmo do rompimento, havia começado a encontrar aliados políticos nos municípios, opondo-se às bases alvaristas que agora apoiavam Walfredo. O jornal “O Paiz” expôs alguns municípios aliados, antes mesmo da ruptura, como Guarabira e Itabaiana (10 dez. 1914, p. 5), evidenciou o apoio do Coronel José Pereira, de Princeza, (13 dez. 1914, p. 5) e apontou que “O Norte” publicou nota de

¹⁶ O jornal “A Província” (p.1), no dia 23 de dezembro, apontou “O Imparcial” publicando que Castro Pinto havia proposto que do lado de Epitácio fosse candidato a deputado federal, Camilo de Holanda e João Maximiniano de Figueiredo e do lado de Walfredo, João Machado e Seráfico da Nóbrega. Fala, inclusive, da possível renúncia. A Província, Pernambuco, 23 de dezembro de 1914, p.1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_01&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=29630. Acesso em: 23 set. 2025.

¹⁷ Tanto Epitácio Pessoa quanto Walfredo Leal pretendiam dividir de forma igual as vagas para deputado, no entanto, o desentendimento girou em torno da vaga para o Senado, fazendo com que sobrasse um candidato, João Machado, e como Walfredo não abria mão da candidatura do irmão de Álvaro, Castro Pinto propôs esse acordo.

¹⁸ “A Província” publicou no dia 30 de dezembro de 1914 (p. 2) a informação de que Walfredo tinha lançado chapa própria. A Província, Pernambuco, 30 de dezembro de 1914, p.2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_01&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=29679. Acesso em: 23 set. 2025.

apoio de Cunha Lima, em Areia, assim como de Odilon Maroja (Itabaiana), Padre Sampaio (Alagoa Grande) e de João Vianna, chefe local de Cabedelo (23 dez.1914, p. 4).

Contudo, Epitácio só lançaria sua chapa e iniciaria a campanha eleitoral em meados de janeiro de 1915, quando da sua volta à Paraíba. Ao chegar publicou nos jornais o “Manifesto sobre o Rompimento Político”¹⁹, onde expressou sua perspectiva a respeito do acontecimento e relembrou o acordo de dezembro de 1911, dizendo que na época a influência dele foi muito bem vista. Nas palavras do próprio Epitácio Pessoa:

Mas, vencidos os adversários, assegurado o domínio do Partido no Estado, garantidos em suas posições, a custa dos meus esforços, os amigos do Senador Valfredo Leal, o primeiro pensamento dêstes foi destituir-me, às caladas e de surpresa, da posição de que se haviam aproveitado, de que os fatos me tinham investido e que eu conquistara pela minha situação pessoal (PESSOA, 1962, p. 133).

Ao finalizar o manifesto, Epitácio Pessoa apontou os motivos do rompimento, atrelados a eleição federal daquele ano, e publicizou sua chapa. Como de se esperar, para senador indicou Pedro da Cunha Pedrosa e para deputados federais João Maximiano de Figueiredo, Francisco Camilo de Holanda, José Antônio M. da Cunha Lima e Otacílio De Albuquerque (PESSOA, 1962, p. 135).

A campanha eleitoral foi marcada por uma correria de adesões e divisões políticas municipais. Retomando a questão da influência dos chefes locais, cabe pontuar que esse apoio fornecido era extremamente importante para a vitória através do pleito, visto que a influência dos municípios definia a expressa votação em determinados candidatos. Por esse motivo a campanha pouco visou cativar o eleitorado, mas sim aliados políticos dentro das chefias locais utilizando, inclusive a imprensa, como o exemplo dos espitacistas que através do jornal “O Norte” mantiveram ativa manifestação por meio de João Suassuna, Oscar Soares e Celso Mariz²⁰. De modo geral, às vésperas do pleito “O Paiz” (27.01.1915, p.2) apontou que em

¹⁹ Para ter acesso ao manifesto completo ver PESSOA, 1962, p. 132-135.

²⁰ Essa informação pode ser encontrada em O Paiz. Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1915, p.5. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=26222. Acesso em: 24 set. 2025.

dezessete municípios paraibanos Epitácio Pessoa teria a maioria²¹ e em outros oito seria Walfredo Leal²².

Diante de um sistema eleitoral, como supracitado, fraudulento, com inúmeras manobras para assegurar a vitória de grupos influentes:

Epitácio tomou a medida extrema de proibir o governador Castro Pinto de enviar a Força Pública estadual a alguns municípios antes do próprio dia da eleição de 1915. Reduzindo o nível da coerção pré-eleitoral exercida por seus partidários, Epitácio pareceu estar patrocinando uma competição eleitoral para verificar qual a mais forte entre as duas facções locais concorrentes pelo seu reconhecimento como o grupo dominante no município (LEWIN, 1993, p.279).

A autora ainda afirma que a relação mantida entre os chefes locais e Epitácio Pessoa baseou-se na patronagem, pois devido a influência que tinha no plano nacional, havia, consequentemente, o favorecimento de seus aliados, ficando estes interessados em assegurar a sua vitória. O epitacismo ao longo do tempo tendeu a usar menos violência em momentos eleitorais que seus adversários, no entanto, embora a medida de Epitácio de exigir eleições limpas e justas, isso não foi o que aconteceu em alguns municípios que o resultado era incerto (LEWIN, 1993, p. 279). Mesmo alguns chefes locais utilizando-se de estratégias para favorecer seus aliados Castro Pinto, através do jornal oficial do governo, “A União”, no dia da votação, reafirmou sua neutralidade (defendida ao longo de toda a dissidência) e reforçou a necessidade de eleições limpas para que o pleito fosse devidamente respeitado²³.

A votação ocorreu no dia previsto, 30 de janeiro de 1915, no entanto foram montadas duas juntas apuradoras, a oficial e a walfredista, consequentemente, surgiram dois resultados opostos²⁴. A junta principal trabalhou diretamente com as atas oficiais, enquanto a outra, sem tempo nem para providenciar duplicadas, valeu-se de boletins e certidões apresentadas por apoiadores, como aponta Cittadino (2022, p. 35-36). Os votos começaram a ser contabilizados

²¹ Segundo o jornal, os municípios onde Epitácio levaria a eleição eram: Alagoa Grande, Araruna, Areia, Cabedelo, Cajazeiras, Catolé do Rocha, Pedras de Fogo, Picuy, Pombal, Princeza, São João do Cariry, São José do Rio do Peixe, Serraria, Taperoá, Teixeira, Umbuzeiro e, por fim, a Capital. Quanto aos municípios que Walfredo ganharia encontrava-se Conceição, Itabayana, Brejo do Cruz, Misericórdia, Monteiro, Santa Luzia, Soledade e Souza. A notícia ainda aponta que nos demais quatorze municípios, que não encontram-se acima mencionados, as forças eram equilibradas, não sendo possível distinguir quem ganharia na localidade. O Paiz. Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1915, p.2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=26293. Acesso em: 24 set. 2025.

²² Quanto aos nomes que se aliaram a cada parte ver RODRIGUES, 1989, p.185.

²³ Notícia completa em A União. Paraíba, 20 de janeiro de 1915, p.1.

²⁴ A respeito dos resultados de cada junta, inclusive a quantidade de votos, ver RODRIGUES, 1989, p. 186 - 191.

assim que sucedeu o pleito e a imprensa transmitiu ao longo do mês de fevereiro às atualizações a respeito da apuração, inclusive “A União” que, buscando manter a neutralidade prometida por Castro Pinto, publicou os resultados obtidos pela junta apuradora oficial. Já o jornal “O Paiz” (03.02.1915, P.1) apontou que Walfredo Leal só transmitia para a capital federal apenas os resultados que lhe eram favoráveis, enquanto Epitácio enviava o resultado das apurações sem distinção.

Era evidente que as eleições não passariam sem acusações de fraudes de ambas as partes, os walfredistas apontaram irregularidades em Princeza, Pedra de Fogo, Taperoá, Pombal, Umbuzeiro e disse que em Campina Grande apoiadores de Epitácio tumultuaram ao perceber a desvantagem (RODRIGUES, 1989, p. 187). Indo contra essa perspectiva, “O Paiz” divulgou que o caso de Campina Grande na verdade foi causado pelos próprios walfredistas que, percebendo a maioria para Epitácio, teriam atacado todas as seções eleitorais com capangas, deixando feridos e fazendo com que fosse impossível sustentar as eleições no município. Apontou irregularidades, por parte do grupo de Walfredo, em Itabayna, Alagoa Nova e Pilar²⁵. Cabe pontuar que todas as acusações contra o grupo de Epitácio Pessoa foram rebatidas pelo próprio, diretamente no Congresso e através da imprensa²⁶. Epitácio ainda aponta que:

as únicas irregularidades foram as vergonhosas cenas de vandalismo que os seus (de Walfredo Leal) cangaceiros, titulados ou leigos, praticaram em Campina Grande e as miseráveis tranquiérbnia que os seus correligionários fizeram em Alagoa Nova e Pilar, em vez de cumprir aquilo a que se obrigara, leva a forjigar somas extravagantes de que exclui sistemática e impudentemente os municípios em que eu tive maioria e, para diminuir o brilho do nosso triunfo, leva a atulhar o telégrafo com despachos da mais revoltante falsidade (PESSOA, 1962, p. 142).

No dia 26 de fevereiro de 1915, o jornal “A União” (p. 2) publicou uma extensa tabela apontando a quantidade de votos obtidos por cada candidato, seção a seção, abarcando todos os municípios do estado. Ao final, embora todo o desentendimento referente às apurações e

²⁵ A respeito das acusações contra os walfredistas ver O Paiz. Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 1915, p.1. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=26372 Acesso em: 24 set. 2025.

²⁶ Epitácio publicou através do jornal “O Paiz” um extenso texto rebatendo todas as acusações feitas até então e levantou novas denúncias contra seus adversários. O Paiz. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1915, p.1. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=26512 Acesso em: 24 set. 2025.

todas as acusações, o resultado reconhecido como oficial foi justamente o publicizado pelo jornal, desse modo os eleitos para as cadeiras de deputado correspondiam a Pedro da Cunha Lima (10.012 votos), Francisco Camillo de Holanda (9.966 votos), Otacílio de Albuquerque (9.826 votos), João Maximiano de Figueiredo (9.821 votos) e do lado walfredista Semeão Leal (9.268 votos), respeitando a representação da minoria imposta pela Lei Rosa e Silva.

Para senador o eleito foi o candidato epitacista, Pedro da Cunha Pedrosa, com 10.835 votos, tendo João Machado ficado com apenas 8.679 votos, no entanto Inês Rodrigues (1989, p. 191 - 195) aponta que após contestações por parte dos walfredistas, houveram algumas anulações e Pedrosa ficou com 8.955 votos e João Machado com 7.980, não alterando em nada o resultado. A vitória epitacista nas eleições federais de 1915 foi a porta de entrada para a consolidação da oligarquia, que se completaria até o final do ano com mais dois acontecimentos: a renúncia do presidente de estado, Castro Pinto, abrindo passagem para o primeiro vice governador, Antônio Pessoa, irmão de Epitácio; e a vitória nas eleições estaduais no final do mesmo ano que inverteria a bancada da Assembleia Legislativa da Paraíba em favor do grupo, proporcionando uma maioria epitacista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Epitácio Pessoa para consolidar sua oligarquia, fez uso de uma estratégia que visou obter o controle da política paraibana em múltiplos aspectos. Através do acordo firmado em 1911 pode inserir-se no seio da oligarquia adversária e valer-se de todo o aparato político firmado por ela, inclusive fazendo uso do próprio partidarismo iniciado pelo alvarismo em 1892. O controle do PRCP, assim como as mudanças que implementou, influíram em um eficiente manejo no comando do grupo, submetendo os correligionários de Álvaro Machado e Walfredo Leal ao seu crescente poder.

Inserindo-se na máquina política adversária, durante os três anos que sucederam o acordo, Epitácio começou a acumular apoiadores que antes estavam alinhados ao alvarismo, mas que interessados em se beneficiar de sua influência, ou por tentativa de se inserir na política, já que a oposição controlava todos os postos, alguns chefes locais e pessoas influentes se aliaram a ele. Isso fez com que o epitacismo se valesse de um respaldo importantíssimo para a política na Primeira República: a força das bases municipais, que proporcionaram a Epitácio a vitória no pleito de 1915, visto que o próprio processo eleitoral era desenrolado quase que inteiramente no âmbito municipal, como anteriormente explicado.

Estabelecido sua liderança dentro do partido, controlando as bases oligárquicas do estado e assegurando sua presença através dos aliados nas bases municipais, Epitácio Pessoa viu a necessidade de afastar do seu caminho as duas principais peças do agonizante alvarismo. João Machado e Walfredo Leal foram constantemente incentivados por correligionários mais arraigados a rebelarem-se contra Epitácio, que valeu-se da brecha fornecida pela oposição para se contrapor e indispor com ambos, alegando deslealdade com o partido e manobras de desrespeito em relação ao acordo firmado em 1911.

Posto isso, conclui-se que o uso das bases adversárias, a influência junto aos chefes locais, o controle das forças municipais e as estratégias utilizadas para afastar seus principais adversários, proporcionaram que Epitácio Pessoa tivesse êxito no resultado eleitoral de 1915, conseguindo dar o primeiro passo em consolidação a sua própria oligarquia, visto que no Congresso havia tido uma guinada em seu favorecimento e a maioria passava a ser seus aliados. Com o controle da Câmara e do Senado era questão de tempo para que Epitácio Pessoa controlasse irrestritamente a política da Paraíba, fator esse que estaria consolidado até o final do mesmo ano.

BIBLIOGRAFIA

A Província: Órgão do Partido Liberal. Pernambuco, dez. 1914 - jan. 1915. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_01&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=29506. Acesso em: 19 set. 2025.

A União: Orgam do Partido Republicano. Paraíba, dez. 1914 - mai. 1915.

BRITO, Flávio Ramalho de. **O Tribuno:** Castro Pinto e sua época. João Pessoa: Ideia, 2022.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo:** uma discussão conceitual. In: CARVALHO, José Murilo de. Pontos e bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 130-153.

CITTADINO, Monique. **A Paraíba na Primeira República:** a oligarquia de Álvaro Machado. In ARAÚJO, Edna M. N. et all. (Orgs.). Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas no fazer histórico. João Pessoa: UFCG/ANPUH-PB, 2010, pp. 163-177.

CITTADINO, Monique. **Duplicatas, “degolas” e a verificação dos poderes:** as eleições de 1900, 1915 e 1930 na Paraíba. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol 35, nº 75, p.26-45,

Janeiro-Abril 2022. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/eh/a/wPLnZcKSVrJfy3mq7PT6Bgj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2025.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1911, p.1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_02&pasta=ano%20191&esq=&pagfis=7450. Acesso em: 3 set. 2025.

Diário de Pernambuco. Pernambuco, dez. 1914 - abr. 1915. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_09&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=6569. Acesso em: 19 set. 2025.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias.** Paraíba (1889-1930). João Pessoa: Universitária/UFPB, 2020.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1997.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba:** Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MARTINS, Thaís Cavalcante. **Resenha:** PRZEWORSKI, Adam. Why bother with elections? Cambridge, UK; Medford, USA: Polity Press, 2018. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 36, p. 1-8, 226905. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/D3v9db69FVMQVFMTfdGFfWL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 set. 2025.

MARTINY, Carina. **As Eleições na Primeira República:** Abstenções, Legislação e Controle Eleitoral. Aedos, Porto Alegre, v. 10, n. 23, p. 95-113, Dez. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/87435/52156>. Acesso em: 21 set. 2025.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil:** Do Império aos dias atuais. Edição digital: Zahar, 2012, p. 33-51.

O Paiz. Rio de Janeiro, dez.1914 - fev. 1915. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=25564. Acesso em: 19 set. 2025.

Diário de Pernambuco. Pernambuco, dez. 1914 - abr. 1915. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_09&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=6569. Acesso em: 19 set. 2025.

PEREIRA, Flávia Borges. **Salvações no Nordeste:** política e participação popular. São Paulo: Ateliê, 2011.

PESSOA, Epitácio. **Na política da Paraíba** (2ª Fase 1912 - 1935). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1962.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

RÉMOND, René. **Por Uma História Política.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RISSI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. **Partidos, Competição Política e Fraude Eleitoral:** A Tônica das Eleições na Primeira República. Dados. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 57, n.2, 2014, p. 443-479. Disponível em: <https://sl1nk.com/6aXp8>. Acesso em: 5 set. 2025.

RISSI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. **Quem ganhou as eleições?** A validação dos resultados antes da criação da justiça eleitoral. Revista de Sociologia e Política v. 21, nº 45: 91-105 mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/WrFvpXk3wnNhdcYgdyMbLXQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 set 2025.

RODRIGUES, I. C. L. **A gangorra do poder** (Paraíba, 1889–1930). João Pessoa: A União, 1989.

TRIGUEIRO, Oswaldo. **A Primeira República na Paraíba.** João Pessoa: A União, 1982, p.39-52.